

RECURSO ESPECIAL Nº 1.608.851 - MT (2016/0163436-9)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
RECORRENTE : MARIA TEREZINHA FUGANTI
ADVOGADOS : ALDEMAR GABRIEL DE AMARANTE E OUTRO(S) - SC000876
JOÃO AIRES BERGAMO DUTRA E OUTRO(S) - SC005065
NAPOLEÃO XAVIER DO AMARANTE E OUTRO(S) - SC013800
KLEITON LAZZARI E OUTRO(S) - MT008727B
RECORRIDO : NERY FUGANTI
ADVOGADOS : MIRIAN RIBEIRO RODRIGUES DE MELLO GONÇALVES E
OUTRO(S) - MT008798A
STEPHANIA IBIAPINO RIBEIRO MORAIS - MT013618
MAURICIO COLLE DE FIGUEIREDO - SC042506
RECORRIDO : JOSE ROBERTO PATRICIO
RECORRIDO : MARCIA PATRICIO
ADVOGADO : IRACILDO PEREIRA DE CARVALHO - MT007681
RECORRIDO : CLEMES MARIA BEVILACQUA
ADVOGADO : JOSÉ FRANCIO

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE ANULAÇÃO DE ATO JURÍDICO. SIMULAÇÃO. REVOLVIMENTO DE FATOS E PROVAS. SÚMULA 7/STJ. COMPETÊNCIA PARA JULGAMENTO DA SEPARAÇÃO E PARTILHA DE BENS. NÃO FOI DESRESPEITADA. MERA REFERÊNCIA À SENTENÇA. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E IMPROVIDO.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por Maria Terezinha Fuganti, com fundamento nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça de Mato Grosso que negou provimento ao seu recurso de apelação, nos termos da ementa a seguir reproduzida (e-STJ, fl. 540):

RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE ANULAÇÃO DE ATO JURÍDICO - IMPROCEDÊNCIA - ESCRITURA PÚBLICA DE COMPRA E VENDA - MANDATÁRIO COM PODERES DA CÔNJUGE PARA ALIENAÇÃO - BEM DO CASAL - EXCLUSÃO DO PERÍODO DE PARTILHA NA SENTENÇA DE SEPARAÇÃO JUDICIAL - NEGÓCIO JURÍDICO LIVREMENTE PACTUADO COM TERCEIRO DE BOA FÉ -

AUSÊNCIA DE VÍCIO - SENTENÇA MANTIDA - RECURSO DESPROVIDO.

Os negócios jurídicos livremente pactuados devem ser cumpridos na forma ajustada, principalmente quando ausente qualquer vício que possa macular o imprescindível e espontâneo consentimento dos acordantes na venda e compra de imóvel, mormente se demonstrado que o pacto foi livremente assinado por contratantes capazes e mandatário que detinha poderes de sua cônjuge para realizar o ato.

Terceiro de boa -fé não pode ser prejudicado pela desavença dos ex-cônjuges na partilha dos bens, em especial quando o casal dispõe de inúmeros bens, suficientes para cobrir eventuais diferenças.

Independentemente de revogação ou não de mandato de procuração, se o bem vendido pelo marido não integrou o patrimônio do casal a ser partilhado, não há que falar em partilha e muito menos em anulação do ato jurídico.

Em embargos de declaração, a recorrente alegou que o acórdão é obscuro, porque desconsidera fatos essenciais para a caracterização da simulação. O recurso, porém, foi rejeitado pelo Tribunal *a quo* (e-STJ, fl. 610):

EMBARGOS DECLARATÓRIOS - ACÓRDÃO PROFERIDO EM RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO ANULATÓRIA DE ATO JURÍDICO - ALEGAÇÃO DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE NO JULGADO - INOCORRÊNCIA - REDISCUSSÃO DA MATÉRIA E PREQUESTIONAMENTO - RECURSO DESPROVIDO.

Deve ser negado provimento aos embargos de declaração, quando ausentes as omissões, as obscuridades e as contradições apontadas pelo embargante e se pretende rediscutir matéria já apreciada.

Mesmo nos embargos de declaração com fim específico de prequestionamento, é necessário observar os limites previstos no artigo 535 do CPC, impondo-se sua rejeição quando não se verificarem os vícios nele elencados.

A recorrente alega que houve negativa de prestação jurisdicional e ofensa ao art. 535, II e III, do CPC/1973, pois o Tribunal de origem deixou de acolher os embargos de declaração e, com isso, sanar as omissões acerca de fatos que comprovam a simulação e a fraude nas transferências de propriedade realizadas. Defende que o recurso especial é também cabível pela alínea *c* do permissivo constitucional, uma vez que o acórdão recorrido diverge de precedentes do STJ.

No mérito, sustentou que documento antedatado configura simulação e é causa de nulidade do negócio, que o vendedor não tinha poderes para representá-la no

negócio de compra e venda e que as datas da separação e da aquisição do bem não afastam seu interesse em ver declarado nulo o negócio. Acrescenta que o Tribunal local deixou de aplicar os arts. 166, III, 167, § 1º, I, 1.319, 1.326, 1.659, 1.791 e 2.020 do Código Civil, negando-lhes vigência. Argumenta que também foram violados os arts. 984 e 1.121, § 1º, do CPC/2015, pois não deveria se debruçar sobre a partilha de bens, que está em discussão perante o Juízo de Família da Comarca de Joaçaba/SC, mas apenas sobre a invalidade do negócio simulado. Ao final, requer o conhecimento e provimento do recurso para que seja anulado o acórdão que rejeitou os embargos de declaração ou, no mérito, que seja reformado para declarar nulos os negócios jurídicos de compra e venda.

Contrarrazões às fls. 669-687 (e-STJ) e fls. 689-701 (e-STJ), ambas pugnando, preliminarmente, pelo não conhecimento do recurso por ofensa à Súmula 7/STJ e, no mérito, pelo seu não provimento.

O Tribunal admitiu o recurso especial (e-STJ, fls. 703-705).

Brevemente relatado, decido.

De início, registre-se que o presente recurso foi interposto durante a vigência do CPC de 1973, sendo assim, sua análise obedecerá o regramento nele previsto.

Inicialmente, com relação à suposta violação do art. 535 do Código de Processo Civil/1973, não assiste razão à parte recorrente, tendo em vista que o Tribunal estadual expôs, fundamentadamente, as razões que levaram à conclusão do julgado.

Todas as questões postas em debate foram efetivamente decididas, não havendo que se falar em omissão ou ausência de fundamentação nas decisões, nem constando do acórdão embargado os defeitos previstos nos citados dispositivos do Estatuto Processual Civil, existindo, de fato, decisão adversa à pretendida pela parte recorrente.

No mérito, a recorrente insiste que os elementos da simulação estão presentes, contudo, a Corte matogrossense deixou de aplicar a legislação federal sobre a matéria. Isso porque foi comprovado que a escritura de compra e venda foi antedatada, que o seu ex-marido, ora recorrido, não tinha poderes para representá-la no ato de venda do

imóvel e, ainda, que a data de aquisição do imóvel e da separação do casal não lhe retiram o interesse na declaração de nulidade do negócio.

Essas questões foram enfrentadas pelo Tribunal de origem no seguinte trecho do acórdão recorrido (e-STJ, fls. 544-549 - grifos do original):

Cuida-se de ação de anulação de ato jurídico na qual a apelante alega que os apelados fizeram uma venda simulada do imóvel com o objetivo de lesar a sua meação.

Conforme se depreende da matrícula nº. 5.862 do Serviço Registral de Imóveis de Primavera do Leste (fls.30 e verso), os senhores **ERNESTO RUANO** e **MARIA DELFI RUANO** venderam, em 19/06/2002, o imóvel de terras com 100 (cem) hectares, denominada "Fazenda Cruz Alta I" ao Senhor **NERY FUGANTI**, casado à época com **MARIA TEREZINHA FUGANTI** (Averbação: R.01 m. 5.862).

Posteriormente, através da **Escritura Pública de Compra e Venda** de fls.25 e verso e averbação de fls.30 (R.02 M. 5.862), o imóvel em questão foi vendido, em 28/01/2004 pelo requerido **NERY FUGANTI**, casado com autora **MARIA TEREZINHA FUGANTI** para o comprador **JOSÉ ROBERTO PATRICIO**, casado com **MÁRCIA PATRICIO**. Valendo ressaltar que no ato, a autora foi representada pelo então esposo, através de procuração.

Em seguida, em 07/06/2005, os compradores **JOSÉ ROBERTO PATRICIO** e **MÁRCIA PATRICIO** venderam para **CLEMES MARIA BEVILACQUA**, conforme **Escritura Pública de Compra e Venda** de fls.27 e verso e averbação de fls.30 e verso (R.03 M. 5.862).

Denota-se ainda que a PROCURAÇÃO POR INSTRUMENTO PÚBLICO que autora **MARIA TEREZINHA FUGANTI** outorgou ao primeiro requerido **NERY FUGANTI**, conferindo a este amplos poderes, em caráter irrevogável e irretratável, inclusive para vender imóvel, como o fez para aos requeridos **JOSÉ ROBERTO PATRICIO** e **MÁRCIA PATRICIO**, foi lavrada em 22/07/1980 pelo Oficial Maior da Comarca de Joaçaba-SC (fls.31).

Todavia, conforme anotação de fls.31/verso e documento de fls. 32, a PROCURAÇÃO em questão foi 15/06/2004 REVOGADA através de mandado judicial extraído dos autos no. 037.04.001814-4.

Também encontram-se juntados aos autos a **Escritura Pública de Declaração** de fls.33, esta firmada no Segundo Ofício Notarial de Primavera do Leste em 28/02/2008, onde o outorgante declarante **SR. ALVINO LELIS DA SILVA**, Oficial do Serviço Notarial de General Carneiro à época, declara:

*"(..) que entre os meses de agosto setembro de 2004 não se recorda a data exata, compareceu no Serviço Notarial de General Carneiro Comarca de Barra dos Garças, neste Estado, Ofício este em que o **OUTORGANTE DECLARANTE** era titular, o Sr NERY FUGANTI e naquela ocasião pediu ao **DECLARANTE**, em seu tabelionato*

várias escrituras com datas retroativas para garantias futuras de seus imóveis (...)".Grifei.

Declarou ainda :

"(...) A primeira (...) A segunda (...) A terceira (...). A quarta, uma escritura de compra e venda com procuração de sua mulher Maria Terezinha Fuganti para José Roberto Patrício, também com valor pro forma no valor de R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), que posteriormente fora repassada para Clemis Man Bevilacqua, registrada sob n 5.862 no Cartório de Registro de Imóveis desta Cidade e Comarca de Primavera do Leste -MT (...)"

É importante ressaltar que tal declaração foi rebatida e questionada pelos requeridos, os quais taxarão de inverídica e eivada de má-fé, inclusive informaram que o Oficial já até perdeu o Cartório (fls.154/155).

Adiante, vieram aos autos a cópia da **Separação Judicial Litigiosa** (fls.34/119) ajuizada por **MARIA TEREZINHA FUGANTI** contra **NERY FUGANTI**, cuja distribuição ocorreu em **03/06/2004** (fls.34/verso), sendo que em **08/06/2004** foi declarada a indisponibilidade dos bens do casal até partilha (fls.68).

Diante de todo este histórico, a questão primordial a ser examinada de plano, é a venda do imóvel realizada entre **MARIA TEREZINHA FUGANTI** e **NERY FUGANTI** para os compradores **JOSÉ ROBERTO PATRICIO** e **MÁRCIA PATRICIO**, sendo que a autora no ato, foi representada pelo então esposo, através de procuração.

Não é de se olvidar que, se levarmos em consideração que o negócio foi realizado na data que consta a lavratura da **Escritura Pública de Compra e Venda** (fls.25 e verso) - 28/01/2004 -, o negócio jurídico é válido, já que a PROCURAÇÃO (fls.31) tinha plena eficácia, uma vez que foi revogada somente em **15/06/2004**, (fls.32), ou seja, depois da venda, bem como também não havia sobre o bem a declaração de indisponibilidade que ocorreu em **08/06/2004** (fls.68).

Contudo, se levarmos em consideração a DECLARAÇÃO do Oficial do Serviço Notarial de General Carneiro à época - **Sr. ALTINO LELIS DA SILVA** - (fls.33 e verso), o negócio jurídico seria inválido, já que **Escritura Pública de Compra e Venda** (fls.25 e verso), embora conste a data de 28/01/2004, foi lavrada entre os **meses de agosto a setembro de 2004**, conforme declaração, ou seja, quando já havia sido revogada a procuração (**15/05/2004**) e quando já havia declaração de indisponibilidade do bem (**08/06/2004**).

Ocorre que uma simples declaração não tem condão para desconstituir um documento público averbado perante o registro de imóvel (**R.02 M, 5.862**) - fls.30.

Isto porque, declarou o Oficial que a **Escritura Pública de Compra e Venda** (fls.25 e verso) foi lavrada retroativamente com a data de **28/01/2004**, quando deveria ser lavrada entre os meses de agosto e setembro de 2004, período em que as partes estiveram no Cartório de General Carneiro para realizar o negócio jurídico.

Ora, dificilmente o negócio jurídico poderia ter ocorrido entre os meses **agosto e setembro de 2004** uma vez que pelo simples exame da **MATRÍCULA no. 5.862**, em especial a **AVERBAÇÃO R.02 M. 5.862** (fls.30), o registro da **Escritura Pública de Compra e Venda** (fls.25 e verso) ocorreu no mês de junho, em **14/06/2004**. Sendo assim, desprovida de sustentação probatória a declaração de que a Escritura Pública de Compra e Venda de fls.25 foi lavrada com data retroativa.

Com efeito, não há dúvida que deve prevalecer a data da lavratura da **Escritura Pública de Compra e Venda** de fls.25 e verso como sendo **28/01/2004** como ali constante.

Desta forma, a venda realizada para o segundo requerido é perfeita e acabada, não havendo qualquer vício de consentimento que possa torná-la suscetível de anulação ou capaz de descaracterizá-la - até porque, pelo que está demonstrado, este foi livremente assinada pelas partes contratantes, as quais são capazes e legalmente aptas para contratas, inclusive o mandatário detinha poderes para tal procedimento.

(...)

De mais a mais, a revogação da procuração outorgada pela apelante a terceiro, com poderes para vender imóvel não tem condão de acarretar a nulidade da escritura de compra e venda realizada anteriormente. É que ao revogar a procuração, fez com que a mesma deixasse tão somente de vigorar, de modo que os atos que precederam à revogação da procuração, até então em pleno vigor, ficam mantidos.

Se não fosse o bastante, ainda que a venda do imóvel tivesse ocorrido após a revogação da procuração, o direito não socorre à apelante - até porque o apelado **NERY FUGANTI**, comprou o imóvel de 100 (cem) hectares, denominada "Fazenda Cruz Alta I" dos senhores **ERNESTO RUANO e MARIA DELFI RUANO**, em **19/06/2002** conforme Averbação: **R.01 m. 5.862**. Posteriormente, o vendeu em **28/01/2004** à **JOSÉ ROBERTO PATRICIO e MÁRCIA PATRICIO**, dando azo à ação em questão.

Entretanto, nos termos da sentença de separação judicial entre as partes ficou consignado na parte dispositiva o seguinte (fls.69/80):

*(...) **DECRETO** a separação judicial do casal **MARIA TEREZINHA FUGANTI e NERY FUGANTI** e, em consequência, declaro cessados os deveres de coabitação e fidelidade recíproca e regime matrimonial de bens, em face da dissolução da sociedade conjugal (art.3º da Lei nº. 6.515 de 26.12.1977) **determinando a partilha dos bens do casal existentes até o ano de 2001** (...)."Grife.*

Portanto, conforme se observa, a sentença determinou que a partilha dos bens do casal se estendesse até o **ano de 2001**, assim, certo é que o bem comprado pelo apelado **NERY FUGANTI**, em **19/06/2002**, e, posteriormente, vendido aos apelados **JOSÉ ROBERTO PATRICIO e MÁRCIA PATRICIO**, em **18/01/2004**, não chegou sequer a integrar o patrimônio comum do casal.

Colhe-se dos fundamentos do acórdão que, de fato, o oficial notarial afirmou que o recorrido compareceu ao cartório e requereu diversas escrituras com datas retroativas. Não obstante, o Tribunal estadual considerou que essa declaração não infirma o documento público averbado no registro de imóveis em data anterior à época que o recorrido teria solicitado as tais escrituras retroativas.

Outrossim, observou que a revogação da procuração pela ora recorrente foi posterior ao primeiro negócio de compra e venda, o que afasta o argumento de que o recorrido não tinha poderes para representar a recorrente na ocasião. Demais disso, com base nas datas de aquisição do imóvel, da separação do casal e do limite para partilha de bens, verificou-se que o tal imóvel não integrou o patrimônio comum.

Nesse contexto, reverter a conclusão do Tribunal local, para acolher a pretensão recursal, demandaria o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, o que se mostra impossível ante a natureza excepcional da via eleita, consoante enunciado da Súmula n. 7 do Superior Tribunal de Justiça.

Nesse sentido:

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO. FALECIMENTO DE EXECUTADO. PROSSEGUIMENTO EM RELAÇÃO AOS DEMAIS. DECISÃO QUE PROMOVE A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. FUNDAMENTAÇÃO. OPORTUNA E ADEQUADA IMPUGNAÇÃO. NECESSIDADE. FRAUDE À EXECUÇÃO. PRONUNCIAMENTO, ATÉ MESMO DE OFÍCIO. POSSIBILIDADE. REEXAME DE PROVAS, EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL. VEDAÇÃO SUMULAR.

[...]

6. O Tribunal de origem analisou a prova dos autos para concluir, na mesma linha do apurado pelo Juízo de primeira instância, acerca da existência de fraude perpetrada por parte das pessoas naturais recorrentes e intrínseca relação entre as empresas, a se caracterizarem como componentes de grupo econômico familiar, com constatação de desvio de finalidade, simulação e confusão patrimonial para o mau uso das empresas criadas. Nesse contexto, o acolhimento da pretensão recursal exigiria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, atraindo o óbice da Súmula 7 do STJ.

7. Recurso especial não provido.

(REsp 1698102/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 12/06/2018, DJe 23/08/2018 - sem grifos no original)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. CAUÇÃO. ART. 835 DO CPC/1973. DESNECESSIDADE. RECONHECIMENTO NA ORIGEM. INVERSÃO DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. REEXAME PROVAS. SÚMULA Nº 7/STJ. HONORÁRIOS E CUSTAS. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS SÓCIOS. FUNDAMENTO NÃO ATACADO. SÚMULA Nº 283/STF.

1. Rever a existência de simulação na cessão realizada entre sociedade empresária estrangeira e a recorrida, bem como o risco de prejuízo e o grau de solvência das envolvidas, é providência que esbarra no óbice da Súmula nº 7 do Superior Tribunal de Justiça.

[...]

(AgInt no AREsp 1017850/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/09/2017, DJe 26/09/2017 - sem grifos no original)

Sobre a competência para conhecer e julgar a partilha de bens, verifico que o Tribunal não ultrapassou os limites de sua própria atribuição, mas apenas se referiu à sentença que decretou a separação e fixou a partilha de bens até 2001 para fundamentar a decisão. Isso, porém, não configura nenhuma ofensa a lei federal, pois a sentença anteriormente prolatada é um fato e, se guarda relação com a discussão dos autos, não há impedimentos para que seja referenciada.

Ante o exposto, conheço do recurso especial e nego-lhe provimento.

Publique-se.

Brasília (DF), 21 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator